

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.493.946 - SP (2019/0119104-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : D G C
ADVOGADO : MÁRCIO VALENTIR UGLIARA - SP222018
AGRAVADO : ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MARCOS PRADO LEME FERREIRA - SP226359

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por D G C, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"SERVIDOR ESTADUAL

Concurso Público - Polícia Militar - Dentista PM Estagiário - Exame de aptidão psicológica - Reprovação - Possibilidade:
Evidenciada a objetividade dos critérios e garantido o direito de defesa por meio de recurso administrativo, não há ilegalidade a ser reparada" (fl. 320e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 331/339e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Mero inconformismo com o julgado - Impossibilidade:
- Os embargos não se prestam para veicular inconformismo da parte com o decidido, não podendo ser considerada omissa, obscura ou contraditória a ui Lu decisão, apenas porque reflete entendimento contrário ao defendido pelo embargante" (fl. 364e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação ao art. **50, I, da Lei 9.784/99**, sustentando que, "no caso em tela, a decisão que procedeu à exclusão do recorrente do concurso público está lastreada em laudos psicológicos que atestam supostos padrões comportamentais, diversos de qualquer óbice ao exercício do cargo, situação que não demonstra qualquer fundamentação crível para a O exclusão do concurso" (fls. 388/389e).

Por fim, requer o provimento do recurso, "reformando-se a decisão recorrida, a fim de conceder em definitivo a segurança, determinando a participação do recorrente nas demais fases do concurso, sem olvidar a sua classificação final no certame com base nos resultados de provas e títulos produzidos, com exceção do Exame

Psicológico, que não apresenta motivação suficiente a ensejar qualquer desclassificação" (fl. 397e).

Contrarrazões a fls. 422/425e.

Inadmitido o Recurso Especial (fl. 432e), foi interposto o presente Agravo (fls. 435/456e).

Contraminuta a fls. 459/463e.

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela parte ora recorrente, objetivando a sua participação nas demais fases do concurso, ao argumento de ilegalidade do exame psicológico no qual foi considerado inapto.

Julgada improcedente a demanda, recorreu o autor, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Assim se pronunciou a Corte **a quo** quanto ao mérito:

"1. Daniel Galvão Costa impetrou mandado de segurança contra ato coator do Diretor de Pessoal da Polícia Militar do Estado de São Paulo alegando que prestou concurso para o cargo de 'Dentista PM Estagiário' e foi ilegalmente eliminado na fase do exame psicológico mediante indeferimento imotivado do recurso administrativo por ele interposto (fls. 1/24).

2. Infere-se dos autos que o nome do impetrante não figurou na lista dos aprovados na fase psicológica, publicada no Diário Oficial do dia 25.11.14 (fls.144).

O impetrante interpôs recurso administrativo, em 28.11.14, no prazo previsto no item 4.1 do Edital, instruindo-o com laudo de psicólogo particular atestando capacidade para o exercício da função (fls. 147/148).

O recurso foi indeferido em 21.1.15, nos seguintes termos (fls. 152):

'Em atenção ao recurso interposto por Vossa Senhoria, PR nº 122014, de 28NOV14, com relação à etapa dos exames psicológicos, referente ao processo seletivo do Edital nº DP-04/321/14, do concurso público para os cargos de 1º Tenente Veterinário PM Estagiário e 2º Tenente Dentista PM Estagiário, informo que foi indeferido.

Conforme as normas estabelecidas pelo Edital referenciado, capítulo XIX, item 20. 'Não se concederá revisão ou vistas de provas em quaisquer das etapas do concurso'.

Os resultados finais, apto ou inapto, serão obtidos por meio da análise técnica global do material produzido pelo candidato

naquela oportunidade, avaliando a compatibilidade de desempenho do candidato com as características estabelecidas pelo perfil psicológico para o cargo, não podendo o profissional divagar a respeito da capacidade do candidato em se superar. Com relação à avaliação psicológica, realizada por profissional contratado, de sua confiança, consideramos que a fez fora do contexto do concurso, sendo coerente salientar que a avaliação realizada pela Divisão de seleção e Alistamento da Diretoria de Pessoal, tem base em um perfil psicológico estabelecido para a função e é feita com o objetivo de verificar a adaptação a este perfil, com isonomia entre os avaliados, utilizando técnicas recomendadas e validades pelo Conselho Federal de Psicologia'.

3. O Superior Tribunal de Justiça já consolidou o entendimento de que a legalidade do exame psicológico em provas de concurso público está submetida a três pressupostos: i) previsão legal, ii) objetividade dos critérios adotados e iii) possibilidade de revisão do resultado obtido pelo candidato (RMS nº 37636, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, publicado em 26.8.15). Anota-se:

(...)

4. No item 3, do Capítulo XII, o edital assim dispôs: 'Os exames psicológicos terão a finalidade de avaliar o perfil psicológico do candidato, verificando se este apresenta características cognitivas e de personalidade favoráveis ao desempenho adequado das atividades inerentes à função pleiteada, de acordo com os parâmetros do perfil psicológico estabelecido para o cargo em vigor na Polícia Militar do Estado de São Paulo, conforme Anexo F' (fls. 44).

Adiante, no mesmo edital, há a seguinte previsão em seu item 4: 'O exame psicológico consistirá na avaliação objetiva e padronizada de características cognitivas e de personalidade dos candidatos, mediante o emprego de técnicas científicas. Para tanto, serão utilizados testes psicológicos validados e aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, nos termos da Resolução nº CFP 02/2003' (fls. 45).

Por seu turno, o laudo que concluiu pela inaptidão do impetrante foi baseado em resultados insatisfatórios nos comportamentos referentes à disposição para o trabalho, relacionamento interpessoal, grau de iniciativa e decisão e controle e canalização da agressividade (fls. 227).

Referido laudo pontuou que 'apesar de boa energia vital, evidencia inadequação na forma de utilizá-la na realização das atividades,

refletindo em disposição para o trabalho abaixo do esperado para o desempenho da função pleiteada' (fls. 227).

Observa-se que o exame psicológico está em consonância com o disposto no Anexo F do edital (fls. 71), uma vez que, para efeito da análise psicológica, estabeleceu os seguintes padrões desejados: i) disposição para o trabalho: elevada; ii) relacionamento interpessoal: adequado; iii) grau de iniciativa e decisão (autonomia): elevado; iv) controle e canalização da agressividade.

Ademais, o exame observou as normas em vigor dos Conselhos Federal e Regional de Psicologia, especialmente a Resolução nº CFP 01/2002, que regulamenta a avaliação psicológica em concurso público e processos seletivos da mesma natureza, conforme estabelecido no item 1, do capítulo XII, do edital (fls. 44).

Além disso, a comissão examinadora foi formada por psicólogos registrados no Conselho Regional de Psicologia e credenciados pelo Sistema de Saúde Mental da Polícia Militar, consoante o item 2, do capítulo XII, do mesmo edital (fls. 44).

Por esta razão, insustentável a tese no sentido de que o exame psicológico foi realizado de forma subjetiva, na medida em que o edital é claro ao estabelecer quais são as características psicológicas do candidato que deveriam ser levadas em conta.

Neste sentido anota-se decisão deste Tribunal de Justiça:

(...)

Não há, portanto, subjetividade ou arbitrariedade no resultado de sua avaliação.

5. Também, aos candidatos é conferido o direito de se valerem da entrevista devolutiva, com o objetivo de conhecer as razões de sua inaptidão, conforme previsão expressa no item 13 do Capítulo XII do edital (fls. 45).

E além desta previsão editalícia, o candidato também tem o direito de interpor recurso administrativo, tanto que o fez (fls. 147).

Em hipóteses semelhantes, já decidiu este Tribunal de Justiça, afastando a alegação de subjetividade dos critérios da avaliação psicológica e conferindo legalidade no procedimento denominado 'entrevista devolutiva':

(...)

Portanto, ao impetrante foi conferido o direito de se contrapor à decisão exarada na fase do exame psicológico, por meio de mecanismos previstos no próprio edital do concurso, inexistindo cerceamento de defesa.

Neste aspecto, convém transcrever trecho do parecer emitido pela

Procuradoria de Justiça: 'no caso concreto o impetrante não obteve aprovação no exame em apreço, realizado por profissionais da área de Saúde, por fundamentada decisão de aferição das características psicológicas para o exercício do cargo disputado, mediante critérios objetivos, na forma da Resolução 01/2.002 do Conselho Federal de Psicologia (Laudo Psicológico DP-080/314/15 fls. 226/241), não comportando esta via estreita do rito do mandado de segurança dilação provatória para contraditar referido laudo, assegurado ao candidato, todavia, o direito de entrevista devolutiva para tanto' (fls. 310).

Destarte, pelo meu voto, nego provimento ao recurso" (fls. 321/326e).

Inicialmente, por simples cotejo entre as razões do Recurso Especial e os fundamentos do acórdão recorrido, observa-se que a tese recursal contida no art. 50, I, da Lei 9.784/99, sequer implicitamente, foi apreciada pelo Tribunal de origem, não obstante terem sido opostos Embargos de Declaração, para tal fim.

Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial, no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*").

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. COMISSÃO DE CORRETAGEM. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. REEXAME DE PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

6. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.172.051/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Acrescente-se que, se a parte recorrente entendesse persistir algum vício no acórdão impugnado, imprescindível a alegação de violação ao art. 535 do CPC/73, por ocasião da interposição do Recurso Especial, sob pena de incidir no intransponível óbice da ausência de prequestionamento.

Assim, à mingua de prequestionamento, inviável a apreciação da aludida tese recursal.

Demais, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, já que, conforme orientação fixada pela Súmula 105/STJ, não é admitida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em Mandado de Segurança.

I.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora